



**Região Administrativa Especial de Macau
Relatório e Balanço da Execução do
Programa da Reforma da Administração
Pública de 2007 a 2009**

1



**Mecanismos de coordenação e
avaliação centralizada**

- **Ponto de partida e de intervenção da reforma da Administração Pública**
 - Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública
 - ❖ Grupo de Consulta sobre as Políticas e Interação
 - ❖ Grupo de Estudo de Políticas e Avaliação
 - Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública
 - Grupos de trabalho nos respectivos Serviços Públicos
- **Através da interação de uma estrutura de três níveis, constituiu-se um mecanismo de coordenação e promoção.**

2

Resultados gerais

	Da área administrativa (Total: 34 projectos)	Da área de justiça (Total: 38 projectos)
Trabalhos concluídos	33 projectos (120 sub-projectos)	25 projectos (72 sub-projectos)
Trabalhos iniciados	1 projecto	13 projectos
Trabalhos concluídos que não estavam estabelecidos no plano do Programa	4 projectos	42 projectos

3

Trabalhos da área administrativa

1. Prossecução do princípio “servir melhor a população” e optimização da rede dos serviços públicos

Tendo em conta a ideia principal de serviço *one-stop*, em conjugação com a forma de prestação centralizada mas em diversas zonas, constituiu uma rede de serviços públicos sistemática, promovendo, através da cooperação inter-departamental, os serviços “*one-stop*” a um nível mais elevado, no sentido de que a população possa gozar os serviços com qualidade e de modo fácil.

- Foram lançados 33 serviços *one-stop* relativos as áreas da Administração e Justiça, da Economia e Finanças, da Segurança, dos Assuntos Sociais e Cultura e dos Transportes e Obras Públicas;
- Os Centros de Prestação de Serviços ao Público da Zona Norte e das Ilhas e o Centro de Informações ao Público entraram em funcionamento sucessivamente;
- Para elevar o nível do serviço *one-stop*, o Edifício de Prestação de Serviços Públicos Gerais situado na Zona Norte entrar-se-á em funcionamento em meados de Dezembro deste ano, prestando, na fase inicial, 142 modalidades de serviço que envolvem 14 Serviços Públicos. Os serviços prestados serão aumentados, com o objectivo de prestar todos os serviços externos.

4

Trabalhos da área administrativa

1. Prossecução do princípio “servir melhor a população” e optimização da rede dos serviços públicos

No sentido de prosseguir o melhoramento da qualidade da rede dos serviços públicos, promover medidas de gestão e avaliação científicas, construir um mecanismo de gestão de avaliação dos serviços completo e em conjugação com a aplicação de serviços electrónicos, vai-se elevar a eficiência dos serviços.

- 42 Serviços Públicos que prestam serviços ao público adquiriram o Reconhecimento da Carta de Qualidade. A área de reconhecimento será alargada e, tendo em conta a proposta de aperfeiçoamento, elevando a qualidade dos serviços;
- 10 Serviços Públicos obtiveram o certificado ISO, melhorando a eficiência do trabalho e a qualidade dos serviços, tendo a Direcção dos Serviços de Identificação obtido o certificado do sistema de gestão de segurança informática, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a Imprensa Oficial obtido o certificado do sistema de gestão ambiental, e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e os Serviços de Saúde obtido o Certificado de Acreditação do Ramo Laboratorial.;
- Foi promovido o inquérito do grau de satisfação da população, de modo a conhecer o grau de satisfação dos cidadãos em relação à acção governativa bem como os assuntos que mais preocupam a sociedade, servindo assim como referência da governação;
- Foram promovidos e implementados os serviços electrónicos, tais como o e-Pass, o pagamento on-line, a declaração fiscal e os formulários electrónicos, a fim de elevar a eficiência de serviços.

5

Trabalhos da área administrativa

2. Melhoria da rede da consulta de políticas para que a resposta a solicitações seja mais próxima da opinião da população

Com o alargamento e aprofundamento do âmbito de consulta de políticas, bem como a promoção da comunicação e interacção da sociedade, a acção de governação torna-se mais próxima da opinião da população, concretizando a tomada de decisões científica.

- A criação dos Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários e a realização dos colóquios comunitários facilitaram a consulta de políticas directa nas zonas comunitárias, respondendo e resolvendo as solicitações dos cidadãos;
- Foram concluídos os estudos sobre a avaliação do regime de consulta de políticas e das respectivas organizações que servem como fundamento ao aperfeiçoamento do mecanismo de consulta de políticas;
- Foram reestruturados o Conselho Superior de Viação, o Conselho do Desporto, o Conselho de Ciência e Tecnologia e foi criado um grupo de consulta no seio da Comissão Especializada sobre o Sector dos Jogos de Fortuna e Azar;
- Foram instituídas 9 organizações consultivas, tais como, o Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos, a Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior, a Comissão de Luta contra a Droga, a Comissão para os Assuntos de Reabilitação, o Conselho Consultivo do Ambiente, a Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas.

6

Trabalhos da área administrativa

3. Elevação da qualidade dos trabalhadores dos serviços públicos e aperfeiçoamento da gestão interna da Administração

Consolida-se a fiscalização de gestão do pessoal e reforça-se o estabelecimento do regime de gestão interna, por forma a construir um ambiente institucional favorável, promovendo a integridade dos trabalhadores e a administração de acordo com a lei.

- Foram concluídos o Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos e o Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, tendo sido reajustada a disposição das carreiras, estendendo-se a perspectiva de promoção na vida profissional, bem como explicitando a responsabilização dos dirigentes e chefias;
- A proposta de lei sobre as Normas relativas às Limitações impostas ao Chefe do Executivo e aos Titulares dos Principais Cargos do Governo após Cessação de Funções foi submetida à Assembleia Legislativa, tendo sido criada a Comissão de Ética para a Administração Pública, aperfeiçoando as disposições após a cessação das respectivas funções, elevando a transparência e a cultura da integridade;
- Foi concluída a alteração ao regime de administração financeira pública; foram implementadas experimentalmente as “instruções sobre as despesas com obras e aquisição de bens e serviços” e foi implementado o Regime de Uniformização dos Concursos por Consulta para Obras Públicas.
- Foram concluídos os trabalhos de revisão sobre o Estatuto dos Beneficiários do Sistema de Acção Social Complementar da Função Pública, o prazo para a liquidação das contas do regime de previdência e a obtenção de compensação pecuniária, bem como actualizados, de forma adequada, os índices de vencimento dos trabalhadores da função pública e aperfeiçoado o regime de regalias.

7

Trabalhos da área administrativa

3. Elevação da qualidade dos trabalhadores dos serviços públicos e aperfeiçoamento da gestão interna da Administração

Implementadas activamente todas as medidas que visam reforçar a consciência de boa conduta, bem como os conhecimentos e capacidade dos trabalhadores.

- Foram elaboradas instruções sobre o comportamento íntegro e as obrigações dos trabalhadores da função pública, bem como realizadas Sessões de Intercâmbio sobre a Gestão Íntegra, *workshops* sobre a Prática Íntegra e palestras sobre a Conduta Íntegra no Processo de Aquisição de Bens e Serviços, no sentido de reforçar a consciência de boa conduta dos trabalhadores;
- Foram realizados 1016 cursos de formação profissional que contaram com a participação de mais de 24 mil pessoas, tais como o Curso Essencial para os Trabalhadores da Função Pública, o Curso de Estudo e Aperfeiçoamento sobre a Tomada de Decisões Públicas destinado aos Quadros Superiores e o Curso de Mestrado em Administração Pública, de modo a elevar a qualidade geral de todos os trabalhadores da função pública;
- Foi concluído o estudo sobre a revisão da formação dos trabalhadores da função pública, nomeadamente no que respeita à sua organização e planeamento, estando na fase final os trabalhos preparativos para a instalação do Centro de Formação, com o objectivo de melhorar a utilização dos recursos e a capacidade de coordenação dos trabalhos de formação.

8

Trabalhos da área administrativa

3. Elevação da qualidade dos trabalhadores dos serviços públicos e aperfeiçoamento da gestão interna da Administração

Impulsionando a comunicação e interacção dos trabalhadores, preocupando a sua saúde dos mesmos e promovendo o espírito de equipa.

- Foi criado o *Website* para os Funcionários Públicos, fornecendo uma plataforma de interacção, de modo a aumentar a comunicação;
- Foi criado o Centro de Exame Médico da Aptidão Física dos Trabalhadores da Função Pública, no sentido de se preocupar com a saúde dos trabalhadores, tendo, até ao momento, 6 mil trabalhadores sido submetidos ao exame que se estenderá a todos os trabalhadores;
- Foi promovido o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos que permite aos trabalhadores efectuarem, em nome individual ou colectivo, estudos sobre os assuntos da reforma administrativa, de modo a elevar a criatividade, a cooperação e a participação dos mesmos nos respectivos assuntos.

9

Trabalhos da área administrativa

4. Aperfeiçoamento dos procedimentos, estrutura administrativa e elevação da capacidade de governação

Para elevar a eficiência administrativa e a capacidade de governação da Administração, prossegue-se a optimização dos procedimentos administrativos, introduzindo o sistema de informatização.

- Foi lançado o Plano de Estudo sobre o Aperfeiçoamento dos Procedimentos Comuns das áreas administrativa e financeira;
- Foi concluído o estudo sobre os procedimentos inter-serviços relativos à importação da mão-de-obra não residente;
- Na área de serviços de solos, obras públicas e transportes foi criado o Grupo de Estudos sobre a Optimização dos Circuitos Internos de Trabalho;
- Foram simplificados os pedidos de Comunicação das Obras Simples em Frações Habitacionais e não Habitacionais;
- Foram optimizados os procedimentos administrativos sobre o pedido de habitação pública e respectivo tempo de espera;
- 88 Serviços Públicos estão a utilizar o Sistema de Emissão e Recepção dos Ofícios Electrónicos.

10

Trabalhos da área administrativa

4. Aperfeiçoamento dos procedimentos, estrutura administrativa e elevação da capacidade de governação

Através de reestruturação, reajustamento e instituição, aperfeiçoa-se a estrutura administrativa, reajustando a distribuição de trabalho, por forma a satisfazer as necessidades do desenvolvimento da sociedade e de governação.

- Foram reestruturados 13 serviços e entidades públicos, incluindo os Serviços de Alfândega da RAEM, o Commissariado Contra a Corrupção, os Serviços de Polícia Unitários e o Instituto Cultural, melhorando a disposição das competências;
- Tendo em conta o desenvolvimento da sociedade, foram criados 5 Serviços Públicos e 2 centros, tais como o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, o Centro de Estudos “Um País, Dois Sistemas” e o Centro de Coordenação da Gripe;
- Foram concluídos os estudos e avaliação sobre a estrutura política da RAEM e os macro e micro órgãos, bem como os princípios em que se deve basear a criação dos serviços públicos que servem como fundamento ao aperfeiçoamento contínuo da estrutura administrativa.

11

Trabalhos da área administrativa

5. Promoção dos assuntos cívicos e da vida quotidiana da população e elevação da qualidade da vida da mesma

Para responder às solicitações da população, promovem-se persistentemente as políticas relativas aos assuntos cívicos e à vida quotidiana, melhorando o ambiente habitacional e os equipamentos complementares, de modo a elevar a qualidade geral da população.

- Com a criação da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, foram reajustadas as competências no que respeita à construção urbana, à protecção ambiental e ao desenvolvimento comunitário;
- Foram concluídas as obras de construção do Complexo Municipal do Mercado de S. Lourenço, tendo sido nesse local criados um auto-silo e um centro de actividades, melhorando as instalações de estacionamento e recreativas dessa zona;
- Foram criados mais espaços recreativos e de lazer, nomeadamente a zona de lazer na beira da Barra; foram instalados mais equipamentos desportivos nas zonas de lazer e nos jardins e foram impulsionados os trabalhos de embelezamento das zonas urbanas e de criação de zonas verdes;
- Entraram em funcionamento 72 estações de lixos, recuperando-se 734 locais críticos de higiene e actualizando os esgotos antigos do tipo centralizado por tipo separado, aumentando a capacidade de drenagem .

12

Trabalhos da área da justiça

1. Cumprimento das normas constitucionais

- Implementou-se a Lei Relativa à Defesa da Segurança do Estado, cumprindo a responsabilidade constitucional imposta pela Lei Básica, salvaguardando a segurança e a estabilidade do País.
- Concluiu-se a revisão da Lei de Recenseamento Eleitoral, da Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa, aperfeiçoando assim, o regime eleitoral, garantindo que as eleições tivessem sido realizadas de forma equitativa, justa e transparente.
- Foi elaborado o Regime jurídico de enquadramento das fontes normativas internas a fim de clarificar as definições e eliminar a incoerência entre leis e regulamentos administrativos.

13

Trabalhos da área da justiça

2. Aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico da RAEM adaptando-o à tendência do desenvolvimento do Direito Internacional

O Governo elaborou, no intuito de se adaptar à tendência do desenvolvimento do Direito Internacional, bem como acatar e cumprir os deveres internacionais da RAEM, complementar e aperfeiçoar o sistema jurídico da RAEM e combater e prevenir eficazmente os actos criminosos, as seguintes leis:

Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado;

Combate ao crime de tráfico de pessoas;

Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.

14

Trabalhos da área da justiça

2. Aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico da RAEM adaptando-o a tendência do desenvolvimento do Direito Internacional

De acordo com as disposições da Lei Básica, a RAEM, tendo em conta as suas necessidades, publicou 113 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 200 tratados multilaterais e 82 tratados bilaterais, nomeadamente os seguintes:

Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção;
Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono;
Acordo de Cooperação na Área da Educação entre os Governos dos Estados Membros da Organização de Cooperação de Xangai;
Regulamento de Saúde Internacional;
Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino;
Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem;
Convenção Universal sobre o Direito de Autor;
Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural;
Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório;
Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo;
Convenção para a Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira;
Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.¹⁵

Trabalhos da área da justiça

3. Com o objectivo de acompanhar o desenvolvimento social, foi dada prioridade à elaboração dos diplomas sobre a economia e a vida da população

- Alterações ao Código Comercial, no sentido de o melhorar e satisfazer as novas necessidades comerciais resultantes do desenvolvimento económico da RAEM.
- Elaboração da Lei das Relações de Trabalho, de modo a satisfazer as necessidades do desenvolvimento sócio-económico, adoptar formas mais flexíveis no sentido de proteger os direitos e interesses laborais de acordo as características de cada sector.
- Elaboração da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes, regulamentando melhor os princípios sobre a contratação de trabalhadores não residentes, no sentido de proteger os direitos e interesses dos trabalhadores locais.
- Alteração ao Regime Jurídico do Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais para ajustar o respectivo limite de indemnização e corresponder à subida do nível de vida da população .

Trabalhos da área da justiça

3. Com o objectivo de acompanhar o desenvolvimento social, foi dada prioridade à elaboração dos diplomas sobre a economia e a vida da população

- Alterações ao Regulamento do Imposto Profissional e ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos de modo a tornar o imposto profissional mais adequado ao carácter de um imposto progressivo, reduzir a taxa do imposto e elevar o limite da isenção tributária.
- Alteração à Tabela Geral do Imposto do Selo, no sentido de apoiar os residentes com nível económico mais baixo que pretendam adquirir habitação.
- Procedeu-se à Autorização para a Contração de Dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, de modo a permitir que o Governo prestasse garantias de crédito às pequenas e médias empresas (PMEs), através da implementação de diversas medidas de apoio às PMEs.

Incluem-se também os diplomas que estão mais estreitamente ligados aos interesses da população, nomeadamente:

- Plano da Bonificação de 4% ;
- Plano da Bonificação de Juros pela 1.ª Aquisição de Habitação ;
- Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico ;
- Programa de Participação nos Cuidados de Saúde ;
- Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central .

17

Trabalhos da área da justiça

4. Acompanhamento na elaboração de propostas de lei e nos trabalhos de alteração

O Governo da RAEM dá significativa importância e promove progressivamente o aperfeiçoamento das leis que despertam maior atenção por parte da sociedade. O Governo procedeu a estudos e análises durante longo prazo, ouviu opiniões e tem vindo a acelerar os trabalhos desses diplomas.

- Foi concluída a discussão no Conselho Executivo da proposta de lei sobre a Proibição de Exploração de Pensões Ilegais que será enviada, muito em breve, à Assembleia Legislativa para apreciação. A proposta de lei concluída reforçará efectivamente o combate às pensões ilegais.
- A proposta de lei sobre o Regime de Prevenção e Limitação do Tabagismo foi discutida pelo Conselho Executivo e prevê-se que será submetida, no início de Dezembro, à Assembleia Legislativa para apreciação.
- Relativamente ao orçamento financeiro, foi elaborado, em 2006, o Regime de Administração Financeira Pública, tendo sido efectuada uma revisão em 2009. Por outro lado, foi concluído também o planeamento do regime de reservas financeiras, estando a proceder-se a uma consulta interna.

18

Trabalhos da área da justiça

4. Acompanhamento na elaboração de propostas de lei e nos trabalhos de alteração

- No âmbito da revisão da Lei de Terras, está este momento, um grupo de especialistas a realizar os estudos sobre a revisão dessa legislação, esperando que a minuta da proposta de lei possa ser apresentada no próximo ano.
- A consulta sobre a revisão da parte administrativa do Regulamento Geral da Construção Urbana será efectuada entre Dezembro de 2009 e Fevereiro do próximo ano.
- Foram realizadas 2 consultas relativas ao Regime Jurídico sobre o Reordenamento dos Bairros Antigos e concluída a minuta do respectivo projecto, estando em curso a realização de uma nova consulta junto de outros serviços, de modo a aperfeiçoar a respectiva redacção.
- Foram efectuadas, em 2008 e 2009, alterações ao Código de Processo Penal e ao Código Penal, através da legislação avulsa, estando em curso os trabalhos da respectiva revisão global.
- Os projectos de revisão do Código do Registo Comercial e do Código do Registo Civil estão na sua última fase de aperfeiçoamento .
- Foi realizada uma consulta interna sobre o Código de Processo Civil no ano passado, prosseguindo agora os trabalhos de análise.

19

Obrigado!

20